

Zero-a-Seis

MATERNIDADES POSSÍVEIS: UMA LEITURA DO MANIFESTO ANTIMATERNALISTA VISANDO A POLITIZAÇÃO DO CUIDADO COMO CONVITE ÀS MATRIPOTÊNCIAS EMERGENTES

Possible maternities: a reading of the Anti-Maternalist Manifesto aiming at the politicization of care as an invitation to emerging matripotency

Adriana Alves da SILVA

Escola Normal Superior
Universidade do Estado do Amazonas
Manaus, Brasil

rio.adrianas@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1407-783X> 

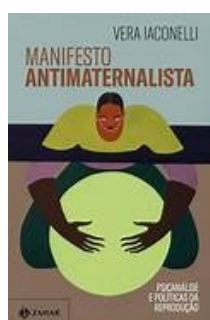
Juliane Di Paula Queiroz ODININO

Gênero Empoderamento da Mulher de Palhoça/ GEMPA
Faculdade Municipal de Palhoça
Palhoça, Brasil

juliane.odiniino@fmpsc.edu.br

<https://orcid.org/0000-0003-1788-5290> 

Mais informações da obra no final do artigo 



Iaconelli, Vera. **Manifesto antimaternalista**: Psicanálise e políticas da reprodução, Rio de Janeiro: Zahar, 2023, 253 p.

RESUMO

A presente resenha desenvolve-se a partir da obra de Vera Iaconelli, intitulada "Manifesto Antimaternalista: Psicanálise e políticas da reprodução", na qual a autora apresenta uma análise crítica do discurso maternalista contemporâneo, que atribui às mulheres a responsabilidade exclusiva pelo cuidado, evidenciando seu caráter social e historicamente construído. À luz das teorias psicanalistas e da perspectiva que considera o papel dos marcadores sociais de gênero, raça e classe social, a autora aborda a diferenciação entre gestar, assumir o parentesco e cuidar de uma vida. Organizada em quatro capítulos, a obra discute a responsabilidade coletiva pelas futuras gerações, critica as construções históricas que atribuem o cuidado às mulheres e problematiza as políticas públicas de reprodução ao defender a diversificação das escolhas reprodutivas e de cuidado. A obra também examina as normas culturais e ideológicas que sustentam os discursos dominantes e sua reprodução na sociedade. As contradições do maternalismo revelam um modelo de reprodução social que negligencia um sentido de cuidado e responsabilização coletiva das novas gerações. Nesta direção que nossa leitura propõe uma interlocução, a partir de uma breve reflexão acerca do cuidado e do papel da mãe sendo redimensionados politicamente pelo conceito de *matripotência* da socióloga nigeriana Oyèrónké Oyéwùmí, cujo sentido se complexifica ao incorporar o sentimento da corresponsabilidade do cuidado por toda a comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Maternidade. Políticas Reprodutivas. Economia do Cuidado. Matripotência.

ABSTRACT

This review is based on Vera Iaconelli's work, entitled "Anti-Maternalist Manifesto: Psychoanalysis and the Politics of Reproduction," in which the author presents a critical analysis of contemporary maternalist discourse, which assigns women exclusive responsibility for caregiving, highlighting its socially and historically constructed character. In light of psychoanalytic theories and a perspective that considers the role of social markers of gender, race, and social class, the author addresses the differentiation between gestating, assuming kinship, and caring for a life. Organized into four chapters, the work discusses collective responsibility for future generations, criticizes the historical constructions that assign caregiving to women, and problematizes public reproduction policies by advocating for the diversification of reproductive and caregiving choices. The work also examines the cultural and ideological norms that underpin dominant discourses and their reproduction in society. The contradictions of maternalism reveal a model of social reproduction that neglects a sense of care and collective responsibility for new generations. In this direction, our reading proposes a dialogue, starting from a brief reflection on the care and role of the mother being politically redefined by the Nigerian sociologist Oyèrónké Oyéwùmí's concept of matripotency, whose meaning becomes more complex when incorporating the feeling of shared responsibility for care by the entire community.

KEYWORDS: Motherhood. Reproductive Policies. Care Economics. Matripotency.

INTRODUÇÃO

A presente resenha crítica propõe uma análise transversal da obra de Vera Iaconelli (2023), especificamente sob a lente do "maternalismo" enquanto dispositivo histórico, político e subjetivo de controle dos corpos. O texto estrutura-se em três momentos essenciais que buscam desvelar as entranhas do mito do amor materno e a urgência de uma responsabilidade coletiva pela vida buscando um diálogo com o conceito de matripotência de Oyeronke Oyéwùmí. O livro Manifesto Antimaternalista: Psicanálise e Políticas da Reprodução foi publicado em 2023, possui 256 páginas e está organizado em três grandes blocos principais distribuídos num total de 21 capítulos que versam sobre maternalismo, reprodução dos corpos e reprodução dos sujeitos. Vera Iaconelli é psicanalista, escritora, colunista e palestrante brasileira, amplamente conhecida por suas contribuições sobre parentalidade, maternidade, família e as

pressões sociais contemporâneas. Ela possui mestrado e doutorado em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Já Oyěwùmí é professora emérita de sociologia na Stony Brook University, em Nova York, socióloga, filósofa e intelectual nigeriana, reconhecida mundialmente como uma das principais referências nos estudos sobre gênero, feminismo africano e epistemologias decoloniais.

Inicialmente, a obra de Iaconelli expõe o imbricamento existencial da autora com a temática, a partir da partilha das origens, da sua mãe e seu contexto familiar até chegar em uma genealogia do maternalismo, confrontando as heranças de Rousseau e as teorias clássicas da psicanálise — de Freud a Winnicott — para situá-las como discursos datados que carecem de uma revisão crítica frente às multiplicidades de existências contemporâneas. Em um segundo momento, a análise volta-se para a dimensão do corpo e da linguagem, tensionando a medicalização do parto e o isolamento da díade mãe-bebê em oposição às práticas de interdependência de povos originários, pelo qual o nascimento simbólico é um evento comunitário.

Por fim, a reflexão promove um diálogo potente com a perspectiva socio lógica de Oyeronke Oyěwùmí contrapondo a lógica burguesa-colonial da família nuclear ao conceito iorubá de Matripotência. O objetivo deste percurso é retirar o cuidado do campo do "instinto" e do trabalho invisibilizado para reivindicá-lo como o coração da organização social, propondo uma dimensão do cuidar que seja, acima de tudo, libertadora e politicamente compartilhada.

Nesse horizonte, que tecemos a escrita de *Maternidades possíveis: uma leitura do Manifesto Antimaternalista* visando a politização do cuidado como convite às matripotências emergentes, como desdobramento crítico e convite à ampliação dos modos de pensar e viver outras práxis do cuidado. A presente resenha foi organizada em três seções assim distribuídas: 1) Maternalismos, do mito do amor materno e suas perversidades estruturais; 2) Reprodução dos corpos, reprodução dos sujeitos nas contradições da produção humana; 3) Matripotência ou a responsabilização coletiva pela reprodução da vida, com o objetivo de promover uma linha reflexiva a luz do conceito de matripotência.

PRIMEIRA SEÇÃO: MATERNALISMOS, DO MITO DO AMOR MATERNO E SUAS PERVERSIDADES ESTRUTURAIS

No bloco “Maternalismo”, Iaconelli inicia o debate à partir das origens, relatando em uma primeira camada sua conexão com a temática, quando a mãe foi

entregue para adoção na maternidade onde nasceu e o que este fato implicou na sua história e nas suas formas de relacionar-se, problematizando a “adoção à brasileira”, os segredos, julgamentos e estigmas envolvidos nestes arranjos familiares. A autora relata que sua mãe contou sobre a sua adoção quando ela era adolescente, perante um questionamento de uma certa inconsistência genética entre ela e seus pais - a cor dos seus olhos, com um misto de confissão, temendo possíveis retaliações perante os afetos e a legitimação da família. Destaca que a mãe na ocasião tinha cinquenta anos, mas somente aos oitenta a viu comentar sobre a temática da adoção abertamente. Iaconelli, nesta abertura particular, que comove e nos instiga, destaca que acredita que “não perseguimos temas de pesquisa, eles que nos perseguem, desde o inconsciente e nos fazem sonhar e produzir” (Iaconelli, 2023, p.15).

Em seguida, expõe sua vasta e consistente produção de pesquisa, da retomada histórica do período em que as crianças eram entregues a cuidadores fora do círculo familiar e dos problemas sociais oriundos dessas práticas, o que levou a sociedade a buscar um novo formato de criação. Tal prática culminou na significação de que as mulheres deveriam ser as responsáveis pelos cuidados com a prole, a partir da percepção de que, para os Estados, a solução economicamente viável era deixar o problema social ser resolvido no âmbito familiar. Tanto a religião quanto a ciência passaram então a apresentar teorias de defesa do chamado instinto materno. A autora destaca os escritos do filósofo Jean-Jacques Rousseau como um dos principais disseminadores do que será conceituado como maternalismo.

A autora empreende um percurso reflexivo complexo ao problematizar questões como: afinal, o que é a maternidade? E as mulheres, quais mulheres? Em busca do “orgasmo perdido” ou tentando responder à pergunta “o que quer uma mulher?”, ela procura elucidar a miragem do instinto materno, explorando a história da psicanálise e sua gênese na compreensão do sofrimento humano. Aborda o sofrimento feminino pela ótica de Freud, as contradições do maternalismo, as relações entre maternidade e psicanálise e o idealizado modelo uterino de cuidado, que culmina na proposta de discriminar as construções de genitoridade, perinatalidade e parentalidade.

Ao longo do texto, a autora nos informa de que o modelo de mãe defendido pela sociedade é o da mulher cisgênero, heterossexual, com idades entre 25 e 35 anos, branca e casada, sendo relegadas a segundo plano todas as demais maternidades possíveis. Porém problematiza a construção histórica cultural deste modelo, ao abordar as contribuições da psicanálise na imposição do maternalismo às mulheres. Neste sentido, a autora destaca as teorias de Sigmund Freud, Melaine Klein e Donald

Winnicott, ressaltando que devemos considerá-las fruto de um momento histórico. No entanto, Iaconelli faz importantes indagações a respeito dessas teorias, argumentando que elas não deveriam se sustentar fora de seu contexto, como oportunamente são reiteradas na manutenção de um maternalismo conveniente para uma organização social que inviabiliza e desvaloriza o trabalho do cuidado.

A partir de uma radicalidade crítica, a psicanalista apresenta as ideias principais dos autores citados para demonstrar que a problematização de suas teorias na sociedade atual implica outras possibilidades de análise, como o conceito winnicottiano de mãe suficientemente boa, que sem perder suas contribuições principais, pode ser ampliado para o papel do cuidador, visto que todo ser humano que um dia foi bebê teria as condições primárias para ser um cuidador suficientemente bom.

Busca separar a experiência de gestar e parir das funções necessárias para o cuidado de um bebê:

Assim, se a genitoridade diz respeito ao que se passa para que um novo organismo seja produzido, a perinatalidade diz respeito à parte de quem gesta/pare e sua relação com esse evento, enquanto a parentalidade diz respeito aos discursos sobre o cuidado com as próximas gerações e às condições oferecidas para realizá-lo. Refere-se também a assumir-se pai ou mãe e às funções necessárias, em cada época, para que se constitua a subjetividade no filhote humano. (Iaconelli, 2023, p. 109-110, grifos nossos).

Ao destacar em sua análise a separação dos conceitos de genitoridade e de parentalidade, a autora amplia a forma de compreendermos os papéis simbólicos do cuidar. De tal modo que fecundar um óvulo não transformaria um homem em pai, assim como gestar e parir não tornaria a mulher mãe, considerando inclusive a possibilidade de as pessoas não binárias e homens trans também gestarem, desconstruindo o discurso maternalista.

Nesta perspectiva aliada à complexidade simbólica envolvida na reprodução da vida que será tratada na próxima seção desta resenha na direção da terceira seção em que a maternidade idealizada seja problematizada, por um projeto de sociedade pautado na colonialidade do poder e do saber da ciência europeia com o trabalho da socióloga nigeriana Oyeronke Oyěwùmí no livro *A invenção das mulheres* (2021).

SEGUNDA SEÇÃO: REPRODUÇÃO DOS CORPOS, REPRODUÇÃO DOS SUJEITOS NAS CONTRADIÇÕES DA PRODUÇÃO HUMANA

Diante de uma variedade de corpos que gestam, como crianças, vítimas de abuso, homens com útero, Iaconelli questiona de que modo seria possível atribuir uma

única e exclusiva concepção de maternidade? Também chama a atenção para o que denomina como perinatalidade, ou seja, os cuidados necessários do recém-nascido, os quais dada sua complexidade exigiria um engajamento de uma ampla rede comunitária.

É através da abordagem psicanalítica do corpo, cuja percepção humana se dá através da linguagem que a autora constrói sua crítica às visões biologizantes acerca de temas que envolvem a maternidade como gestação, parto, perinatalidade e genitoridade. Pela linguagem, se depara com os limites do simbólico que se restringem ao que é capaz de nomear e assim busca problematizar os limites e a complexidade que operam na constituição das subjetividades dos sujeitos diretamente envolvidos nesta experiência. Assim, quem compõe o que pode ser denominado como rede de cuidado mais atuante nesta tarefa não é o detentor da ordem simbólica, mas atua como transmissor, encarnando-a para o *infans*, termo usado para nomear a criança antes do domínio da fala. Para o corpo da gestação e que pare, sendo colonizado por outro corpo, o bebê, sendo “[...] deformado pela gravidez, esvaziado pelo parto e irreconhecível no puerpério, põe à prova as capacidades do sujeito de manter e reorganizar a relação com a autoimagem que sustenta o Eu.” (Iaconelli, 2023, p. 133).

A partir deste prisma, a autora questiona os próprios significados envolvidos nestas tarefas que envolvem o cuidado e o papel de cada um dos sujeitos envolvidos nesta relação. Inclusive em relação à própria ideia de reconhecimento deste novo ser como sujeito, pois no campo da linguagem é impossível definir de forma precisa e universal quando se daria o início da vida, quanto mais a complexidade envolvida no sentimento de pertencimento e reconhecimento social do novo ser. Afirma que: “É o discurso que define se estamos diante de uma criança bem-vinda ou de um amontoado de células que dará lugar a um aborto ou infanticídio” (Iaconelli, 2023, p. 142).

Com este argumento, problematiza as diferenças culturais com relação à criança que chega ao mundo, no contexto dos interditos da vida. Cita algumas práticas de povos originários que chocam sensibilidades etnocêntricas, como a de deixar morrer um recém-nascido que não pode ser devidamente cuidado, como na gemelaridade, anomalia ou de filhos que nasceram em intervalo de tempo muito curto, pois a dedicação a esses cuidados demandaria muito da comunidade, a colocando em risco. Chama a atenção para o fato de que “[...] a interdependência é reconhecida como a base de sustentação desses agrupamentos humanos” (Iaconelli, 2023, p. 144), assim, tais práticas são avaliadas do ponto de vista da coletividade e não somente de um interesse individual. Afirma que o próprio conceito de infanticídio é inapropriado pois não há morte de bebê quando não há bebê, pois não houve nascimento simbólico, ou

seja, não houve incorporação deste sujeito na comunidade. Destaca a contradição de que nessas culturas é impensável haver criança desassistida, o que é tão comum na nossa cultura. Já a comunidade sente-se responsável por todos os membros, os quais se consideram parentes mesmo que não haja vínculo familiar.

Desse modo, essas sociedades não cogitam que nenhum membro fique à margem, sendo a sobrevivência pensada em termos coletivos, ou seja, como uma questão social maior. Diferentemente do que acontece na nossa cultura, a próxima geração é vista como um problema perene para as comunidades humanas, a ser resolvido ou negligenciado pela coletividade. Enquanto isso, contraditoriamente na nossa sociedade, apesar de ser amplamente condenado o aborto pelo senso comum, os cuidados demandados pelo bebê ficam a cargo quase que exclusivamente da figura da mãe. Tal tarefa do ponto de vista social deveria ser de interesse de toda coletividade, levando em conta a aritmética da necessidade de manter uma nova geração que será a força produtiva que sustentará a anterior.

Outro aspecto problematizado pela autora relacionado à experiência dita maternal é o parto. Ela destaca a impessoalidade causada pelas concepções médico-higienistas desta experiência contemporânea que nega toda a subjetividade envolvida na relação corpórea inerente ao processo. Por este motivo, esse evento torna-se traumático e violento, sendo adoecedor para todos(as) envolvidos(as), inclusive profissionais da saúde, por se apresentar desprovido do seu sentido. A crítica vai na direção de constatar que as relações médico-paciente se tornaram relações instituições médicas-doença, inclusive no fenômeno do parto. O corpo passa a ser visto como uma máquina a ser ajustada, de modo que o parto é tratado como puramente fisiológico, ignorando a subjetividade, o inconsciente e o erotismo como Freud já provou no trato com a histeria.

Iaconelli então aponta a genitoridade, a perinatalidade e a parentalidade como dimensões sociais que podem contemplar a compreensão da complexidade envolvida nas práticas de reprodução da vida. Compreender quais são os discursos envolvidos nestas concepções desvelam o maternalismo e o sentido de que a sociedade, o Estado e a filantropia seriam apenas coadjuvantes nesta tarefa. O cuidado com as próximas gerações enseja a subjetividade de uma época com suas mazelas e soluções, como Freud nomeou como “mal-estar na cultura”. Quem cuida é forjado(a) ele(a) mesmo na subjetividade de seu tempo, sendo responsável por oferecer as condições necessárias para que se constitua a subjetividade no *infans*.

A autora destaca a importância das relações corpo a corpo estabelecidas com os(as) cuidadores(as). De maneira que “[...] envolvimento com o bebê deve ser profundo e afetivamente comprometido, o que levará quem cuida a sair tão profundamente transformado(a) por esta relação quanto a criança” (Iaconelli, 2023, p. 177). Qualquer ideia de assepsia se distancia desta relação e descaracteriza as relações humanas. Continua a autora: “[...] quem cuida é responsável pela articulação, cada vez mais complexa, entre a criança e a sociedade. Espécie de dobradiça, ele(a) deve prover a criança material, moral e afetivamente até que ela seja apta a fazê-lo” (Iaconelli, 2023, p. 179). Nesse sentido, o papel dos(as) cuidadores(as) é uma responsabilidade complexa e que demanda muito envolvimento psíquico e corporal. Aqueles(as) que desempenham essa tarefa deveriam contar com um olhar mais atencioso de toda a sociedade, o que deveria se caracterizar como política pública voltada para esta relação responsável pela grande tarefa de reprodução da vida.

Além disso, partindo da compreensão do discurso, a obra revela que o maternalismo não ressoa da mesma forma em todas as classes sociais. Cita a antropóloga Claudia Fonseca (apud Iaconelli, 2023) que em sua pesquisa sobre a circulação de crianças nas comunidades periféricas, notou a coexistência de diferentes referenciais de mães: a que pariu, a que amamentou, a que cuidou e assim sucessivamente. Ainda assim, lembra que este reino continua pertencendo às mulheres. Já nas famílias abastadas, que são as que ditam regras e costumes, o modelo que se fecha é o da família nuclear, onde prevalece o discurso da “mãe só tem uma”. Quando se dá a adoção neste grupo, a prática é de apagamento da genitoridade, “pois as mães não se somam, elas se substituem”, devido à necessidade de “corte limpo”. A memória desta mãe que por qualquer que seja o motivo entregou seu filho(a) para adoção é vista como negligência pela nova família. “O que faz parecer abandono, como se fosse uma mancha que deve ser apagada da história” (Iaconelli, 2023, p.182). De onde se soma ao discurso de controle dos corpos periféricos que gestam vistos como indesejados, inconsequentes, produtores de gerações abandonadas e novos delinquentes. Nesse horizonte, “o direito de arbitrar sobre o corpo de quem gesta e/ou pare é uma das batalhas mais recalcitrantes do movimento feminista” (Iaconelli, 2023, p. 184).

Ao final, a autora problematiza o pano de fundo envolvido nos discursos sobre a reprodução da vida acerca do mistério de nossa existência que povoa o imaginário de todas as culturas. Essas perguntas aparecem diretamente envolvidas nas práticas do cuidado das novas gerações, pois implica um profundo engajamento entre cuidadores(as) e crianças.

A pergunta sobre nossa origem - 'Quem somos? De onde viemos?' não pode ser respondida pela biologia, mas através de relações que se estabelecem após o nascimento. (...) é necessário que alguém deposite em nós algum tipo de investimento pleno de expectativas, erotismo e afetividade e que o recém-nascido corresponda a isso para que o desfecho seja um sujeito (...) O sujeito se funda a partir do desejo de outro sujeito para dele se separar na assunção do próprio desejo, que sempre será referido ao primeiro (Iaconelli, 2023, p. 202).

Justamente devido à sobrecarga dirigida à figura materna, em especial aquela que gera, pare e deve cuidar, tem-se assistido a uma queda na natalidade infantil, o que se configura como um problema de ordem social mais ampla. O discurso maternalista é fundamentado na iniquidade de gênero agravada pela experiência quase solitária de ter filho(a). O próprio movimento das mães arrependidas, tema polêmico por desvelar a romantização da maternidade, cujo lema é "amo meu filho(a), mas odeio ser mãe" denuncia essa sobrecarga, o adoecimento e a falta de apoio de toda sociedade, tanto para as mães quanto para essas crianças. A mesma sociedade que não cria condições para a maternidade acaba por promover subterfúgios para driblar o déficit demográfico, sem encarar diretamente a causa do problema.

TERCEIRA SEÇÃO: MATRIPOTÊNCIA OU A RESPONSABILIZAÇÃO COLETIVA PELA REPRODUÇÃO DA VIDA

Uma das principais dimensões relacionadas ao cuidado das gerações futuras destacada pela autora pelo discurso maternalista consiste na naturalização da sobrecarga e a ênfase na exclusividade das mães no desempenho desta tarefa tão central do ponto de vista social e político. Diante da complexidade que envolve o cuidado, retomamos o conceito de matripotência da historiadora nigeriana Oyèrònke Oyewùmí (2021) como inspiração para politizar a prática do cuidado.

Na obra "Invenção das mulheres", a autora demonstra que gênero não existia na Iorubalândia antes da colonização, investigando as consequências da inserção desta categoria em seu processo civilizatório. Do mesmo modo, a categoria "mãe" tão central para o maternalismo acaba por desconsiderar os inúmeros atravessamentos políticos e marcadores sociais envolvidos na prática de cuidado. As diferenças na comunidade Iorubá eram estabelecidas através do caráter da senioridade e não através de diferenças biológicas, no qual a hierarquia social estava relacionada aos mais velhos e não a diferenças de gênero. Nesse sentido, as práticas de cuidado das novas gerações estavam relacionadas a uma outra cosmo percepção, a qual evocamos aqui para tensionar as do discurso maternalista buscando refletir sobre outras possibilidades de

considerá-las por meio de uma perspectiva voltada para a corresponsabilidade do cuidado a ser desempenhada pelo Estado e por toda a sociedade.

No discurso maternalista vigora a lógica burguesa e colonialista, interessa a manutenção do sistema da propriedade privada, cujo projeto visa investir na produção dos herdeiros legítimos, no qual por sua vez decorre o controle e as incisivas sanções morais sobre o corpo da mulher. A romantização e naturalização da prática do cuidado que envolve desde a gestação até as complexas demandas físicas e psíquicas no trato das novas gerações, serviram para caracterizar essa atividade como “não trabalho” e, portanto, não remunerado. Isso forçou as mulheres ao desempenho do trabalho reprodutivo não pago, por meio da exploração de seus corpos. O salário patriarcal sobrecarregou às mulheres em sua dupla e tripla jornada de trabalho, o que força e reforça a ideologia da família burguesa conforme defende Silvia Federici (2021). Essa autora enfatiza o papel essencial do trabalho doméstico que é ocultado enquanto configura-se como essencial para todos os estágios do desenvolvimento capitalista, em especial na formação dos sujeitos das novas gerações. Assim, as mães ocupam um papel central para a economia capitalista que: “É cuidar das nossas crianças – futuras mão de obra – ajudá-las desde o nascimento e ao longo dos anos escolares e garantir que elas também atuem da maneira que o capitalismo também espere delas” (Iaconelli, 2023, p.28)

Retomando o conceito de matripotência, a figura da mãe é denominada iyá na cultura iorubá e para compreendê-la é necessário ampliar a nossa visão, para uma cosmopercepção que contempla todos os demais sentidos, como sugere Oyewùmí. É necessário compreender os aspectos sócio-espirituais presentes nesta categoria. No mito iorubá, a iyá surge no momento do nascimento de uma criança. É por meio deste ato que toda a comunidade é tomada pelo sentimento de cocriação, por isso consiste numa categoria singular: “tanto anamacho quanto anafêmea escolhem espiritualmente suas Ìyá da mesma maneira, e as Ìyá estão conectadas com toda a sua prole nascida, de maneira similar, sem qualquer distinção feita pelo tipo de genitália que ela possa ter” (Oyeùmi, 2016, p.3). Ainda que apenas anafêmeas procriem, a construção original de ìyá não é generificada, porque seu raciocínio e significado derivam do seu papel como cocriadora – com Èlédàà (Quem Cria) – dos seres humanos. Assim, as iyás são importantes na sociedade porque são criadoras de vida, elas não são somente um corpo, mas o coração das sociedades. Ninguém é anterior ou mais importante que ela, pois possuem um papel espiritual que também está ligado à senioridade. Na nossa cultura essa tradição nos chega por meio das religiões de matriz africana, na figura da iyalorixá.

Daí a importância de pensar a matripotência por sua dimensão da coletividade, pois a partir desta cosmo percepção todos nós recebemos o poder criador, pois todos nós recebemos a energia criadora das ìyás.

Nesse sentido, a aproximação com estes discursos que atribuem outros modos de significar a prática do cuidado, nos aponta caminhos para inovadoras possibilidades de ressignificação desta prática, para além da dimensão do corpo e da pessoalidade da reprodução da vida centrada na figura da mãe, dado pelo discurso maternalista. Devido à necessidade de considerar a subjetividade envolvida nesta relação, investigar mais a fundo a categoria matripotência consiste num importante vetor para pensarmos práticas mais humanizantes, críticas, justas e igualitárias que envolvem as políticas de cuidado. Para além da biologia e do controle moral dos corpos generificados, a perspectiva da co-responsabilidade de toda a sociedade no cuidado pressupõe a crítica ao modelo patriarcal e capitalista e sugere outras formas políticas, subjetivas e epistemológicas de pensarmos a reprodução da vida.

REFERÊNCIAS

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário:** notas sobre Marx, gênero e feminismo. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

IACONELLI, Vera. **Manifesto antimaternalista:** Psicanálise e políticas da reprodução, Rio de Janeiro: Zahar, 2023, 253 p.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres:** construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Trad. Nascimento, Wanderson Flor do. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Matripotencia:** Iyas nos conceitos filosóficos e instituições sociopolíticas iorubas. WhatGenderisMotherhood? Nova Iorque: PalgraveMacmillan, 2016.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

MATERNIDADES POSSÍVEIS: UMA LEITURA DO MANIFESTO ANTIMATERNALISTA VISANDO A POLITIZAÇÃO DO CUIDADO COMO CONVITE ÀS MATRIPOTÊNCIAS EMERGENTES

Possible maternities: a reading of the Anti-Maternalist Manifesto aiming at the politicization of care as an invitation to emerging matripotency

Adriana Alves da Silva

Doutora em Educação
Universidade do Estado do Amazonas
Escola Normal Superior
Manaus, Brasil

rio.adrianas@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-1407-783X>

Juliane Di Paula Queiroz Odinino

Doutora em Educação
Gênero e Empoderamento da Mulher de Palhoça/GEMPA
Faculdade Municipal de Palhoça
Palhoça, Brasil

juliane.odiniino@fmpsc.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0003-1788-5290>

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Rodovia Dr. Antônio Luiz Moura Gonçalves, 4270, lote 16 - Ed. ilha dos corais, apto 07, CEP 88048-301, Rio Tavares, Florianópolis, SC, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: A. A. da Silva, J. D. P. Q. Odinino

Coleta de dados: A. A. da Silva, J. D. P. Q. Odinino

Análise de dados: A. A. da Silva, J. D. P. Q. Odinino

Discussão dos resultados: A. A. da Silva, J. D. P. Q. Odinino

Revisão e aprovação: A. A. da Silva, J. D. P. Q. Odinino

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Márcia Buss-Simão.

HISTÓRICO

Recebido em: 15-04-2026 – Aprovado em: 06-08-2026 – Publicado em: 12-10-2026